

## PSDB fica na CPI e cobra dados de Lula. FHC abre sigilo

Presidente da CPI mista, Marisa Serrano disse ontem que a bancada do PSDB decidiu permanecer na comissão e lutar para que sejam levadas até o fim as investigações sobre possíveis irregularidades no uso de cartões corporativos. Classificando de “ato de banditismo” o dossiê sobre gastos do governo anterior, Arthur Virgílio anunciou que o ex-presidente Fernando Henrique abriu mão de seus sigilos. Ambos pediram que Lula faça o mesmo. A CPI se reúne hoje. **Páginas 4 e 5**

Leopoldo Silva



Moreira Mariz



Garibaldi (E) preside reunião de líderes que marcou a retomada do diálogo. Votações no Plenário devem avançar com o atendimento de reivindicações oposicionistas

## Acordo: oposição também vai relatar medida provisória

Em reunião com o presidente do Senado, líderes do governo e oposição concordam em mudar os procedimentos sobre relatoria de MPs, que será distribuída segundo a proporcionalidade partidária

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou o entendimento após a reunião dos líderes partidários. A distribuição proporcional da relatoria das MPs vinha sendo reivindicada pela oposição, especialmente desde a votação da medida provisória que criou a TV pública, há duas semanas. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, disse ontem que seu partido

está aberto ao diálogo com a base governista, desde que se acabe com a “lei do garrote” – o cerceamento da palavra de qualquer senador da oposição que queira discutir matérias em votação. Já o líder do governo, Romero Jucá, afirmou que o clima de entendimento está sendo retomado e negou tentativa de limitar a palavra de oposicionistas. **Páginas 4 e 5**

José Cruz



Marisa: após divulgação de dossiê, PSDB defende com mais força abertura de dados de “todo mundo”

### Indicados integrantes da Comissão de Orçamento

Com a leitura dos nomes dos novos membros do colegiado, a luta agora é pelo comando: PT e PMDB reivindicam o cargo de relator do Orçamento. **Página 3**

### Garibaldi propõe esforço para mudar impostos

Ao receber a Agenda Legislativa da Indústria, presidente do Senado pede consenso e mobilização para que se vote logo a reforma tributária. **Página 7**

### Congresso inicia amanhã o exame dos vetos presidenciais

Primeira reunião deve analisar 74 dispositivos vetados em 19 projetos para os quais há consenso. **Páginas 4 e 5**

Moreira Mariz



O presidente da comissão, Magno Malta, entre o relator, Demostenes Torres (E), e o vice, Romeu Tuma

### CPI da Pedofilia deve definir hoje a agenda de trabalho

O Senado instalou ontem a CPI que vai investigar a utilização da internet na prática de pedofilia no país, bem como sua relação com o crime organizado. Na ocasião, Magno Malta foi eleito presidente do colegiado e Romeu Tuma, vice. Hoje, a partir das 9h, a CPI deve discutir a agenda de trabalho proposta pelo relator, Demostenes Torres, indicado por Malta. **Página 3**

Debate sobre questões como desmatamento, recadastramento fundiário e aquisição de terras por estrangeiros deverá contar com participação da ministra Marina Silva e de outras autoridades

## Subcomissão vai acompanhar crise ambiental na Amazônia

Os desdobramentos da crise ambiental na Amazônia provocada pelo desmatamento serão acompanhados por uma subcomissão temporária do Senado. Criada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por proposta do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a subcomissão terá como primeira atividade uma audiência pública sobre as ações contra o desmatamento, com a presença da ministra do Meio Ambiente, senadora licenciada Marina Silva. A data ainda será definida.

O recadastramento fundiário obrigatório dos imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam e a aquisição de terras por estrangeiros são outros temas previstos para discussão na primeira reunião da subcomissão. Para debater essas questões deverão ser convidados o diretor-geral da Polícia Federal, Luís Fernando



Flexa Ribeiro (2º à esq.) propõe debate sobre desmatamento; Sibá (2º à dir.), sobre a água

Corrêa; o presidente do Ibama, Bazileu Alves Margarido Neto; o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; e o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

### Água

A CMA também criou ontem, por sugestão do senador Sibá Machado (PT-AC), subcomissão destinada a subsidiar a participação dos parlamentares brasileiros no 5º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá em março do próximo

ano, na Turquia.

Na mesma reunião, a comissão acolheu requerimento do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para realização de audiência pública sobre o comportamento da fauna em ambiente de reflorestamento. Outra audiência a ser promovida pela CMA, também por iniciativa de Quintanilha, terá como tema a energia alternativa.

## Comissão verificará situação em cinco cidades de MT

O Plenário aprovou requerimento do senador Jayme Campos (DEM-MT) propondo uma comissão de cinco senadores para verificar se há risco ambiental nas 31 cidades mato-grossenses citadas entre as recordistas de desmatamento em relatório do Inpe relativo a 2007.

Jayme Campos disse que é dever dos senadores assumirem “o papel de árbitros serenos não de uma disputa ideológica, mas da conversão de interesses comuns da sociedade pela exploração equilibrada dos recursos da Amazônia brasileira”.

## Valadares cobra prioridade para transportes públicos

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que o Brasil caminha para um colapso urbano em razão do grande número de automóveis em circulação. Embora comemore os recordes alcançados na produção de veículos pelo país, ponderou que isso se reflete não só na geração de empregos, mas de poluição, o que põe em risco a qualidade de vida da população.

– A prioridade deve ser dada ao transporte público. É imperioso otimizar o transporte coletivo – disse o senador.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Homenagem ao ex-senador Luiz Viana Filho

Às 11h, os senadores prestam homenagem no Plenário, em sessão especial, ao ex-senador e ex-presidente da Casa Luiz Viana Filho, pela passagem do centenário de seu

nascimento (28 de março).

Às 14h, será realizada sessão deliberativa. A pauta de votações continua trancada por medidas provisórias.

### CAS decide sobre exames de acuidade visual

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota às 11h substitutivo a seis projetos de lei que determinam a realização de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas, bem como

tornam obrigatórios outros testes destinados a identificar problemas em recém-nascidos. Ainda na pauta de 11 matérias, projeto de lei que dispõe sobre segurança alimentar e nutricional.

### Novas regras para suplente em discussão na CCJ

Substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição que estabelecem novas regras para suplente de senador será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. Também está na

pauta de 21 itens projeto de lei que determina a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos nomes dos candidatos que respondem a processos criminais e por quebra de decoro parlamentar.



### Indenização a usuário de telecomunicação



A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota às 8h45 o projeto que concede direito à compensação, no prazo de 40 dias, do valor correspondente ao período de suspensão de serviços de telecomunicações. Estão ainda na pauta do colegiado 25 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

### Comissão das ONGs

Os senadores da CPI votam, a partir das 10h30, diversos requerimentos.

### Cartões Corporativos

A CPI mista reúne-se às 9h30 para votação de requerimentos com pedidos de informação a autoridades.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Tião Viana, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa, ACM Júnior, Gerson Camata e Romeu Tuma



Os bolivianos Roger Pinto, Tito de Vila e Óscar Ortiz, com Suplicy (D)

## Presidente do Senado boliviano visita parlamentares brasileiros

O presidente do Senado da Bolívia, Óscar Ortiz Antelo, visitou ontem os gabinetes de lideranças partidárias do Senado brasileiro. Ele foi ainda recebido pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e foi até ao Plenário. Ortiz, que faz oposição ao governo Evo Morales, veio detalhar a sua preocupação com a crise institucional enfrentada na Bolívia.

Acompanhado pelo presidente da

Comissão de Relações Exteriores do Senado boliviano, Tito Hoz de Vila Quiroga, Ortiz manifestou ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sua inquietação quanto ao futuro da democracia em seu país. O presidente do Senado boliviano também visitou os gabinetes do líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), e de Heráclito Fortes (DEM-PI), que preside a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Em Plenário, Óscar Ortiz, Tito de Vila e o também senador boliviano Roger Pinto Molina foram recebidos por Papaléo Paes (PSDB-AP), que presidia a sessão deliberativa.

– Como representantes do Poder Legislativo, nós temos, sim, de interagir, de nos relacionar muito bem, para que possamos ficar sempre atentos às ações dos Executivos na América do Sul – afirmou Papaléo.

## Partidos divergem sobre direção da Comissão de Orçamento

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, indicaram os 11 senadores e 31 deputados titulares, e igual número de suplentes, para integrarem a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que irá discutir e votar o Orçamento da União para 2009.

A lista foi preparada pelos partidos e, nos casos em que ainda não houve indicação dos líderes, Garibaldi e Chinaglia nomearam parlamentares com mais tempo no Congresso ou mais idosos. Os partidos podem fazer substituições.

A lista não tinha os nomes dos dois senadores do PSDB e Garibaldi Alves indicou Alvaro Dias (PR) e João Tenório (AL). O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informou ao Plenário que os dois renunciarão ao cargo. A bancada do PSDB no Senado decidiu não ter mais representantes na CMO por entender que ela precisa de modificações. Virgílio defende

inclusive o fim da comissão.

Não há ainda acordo entre os partidos sobre os parlamentares que irão ocupar a presidência da comissão e a relatoria geral do Orçamento. Nos últimos anos, tem havido rodízio entre deputados e senadores dos maiores partidos na Câmara e no Senado para tais cargos. Agora, o PT reivindica a relatoria para um de seus senadores, enquanto o PMDB da Câmara quer a presidência para um deputado do partido. O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), não aceita que um senador petista ocupe a relatoria geral.

– Vou indicar o senador Valter Pereira [PMDB-MS] para relator. O PT não pode exigir a relatoria por dois anos seguidos – disse.

Em 2008, a relatoria coube ao deputado José Pimentel, do PT do Ceará. Mesmo sem acordo, a secretaria da Comissão de Orçamento deve convocar para amanhã a reunião para a eleição.

## CPI estuda como mudar leis para apertar cerco à pedofilia

Magno Malta preside hoje reunião da comissão, que vai discutir um plano de atividades e manter contato com várias entidades para propor nova legislação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia iniciou ontem seus trabalhos com a eleição do presidente, Magno Malta (PR-ES), e do vice-presidente, Romeu Tuma (PTB-SP). Malta indicou Demostenes Torres (DEM-GO) como relator. A comissão investigará pedofilia na internet, turismo sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

A proposta do relator para a agenda de atividades deverá ser discutida hoje, às 9h. Os senadores querem entrar em contato com a Procuradoria Geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério da Justiça para acertar a colaboração das entidades com a comissão. A CPI também deverá ser auxiliada



Demostenes (E) foi indicado relator por Malta (C) e Tuma elegeu-se vice-presidente

pela Polícia Federal, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e organizações não-governamentais.

Malta ressaltou que um dos papéis da CPI será propor a tipificação do crime de pedofilia.

Segundo avaliou, a falta de uma legislação específica dificulta as ações do Ministério Público no combate ao delito e ajuda os pedófilos a lançarem mão de recursos jurídicos para protelar seu julgamento.

## Mão Santa pede a conclusão de obras inacabadas no Piauí



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do governo Lula a conclusão de obras que teriam sido objeto de promessas eleitorais. Na opinião do senador, Lula tem se mostrado ingrato com os eleitores do Piauí, “que ajudaram a elegê-lo e reelegê-lo”.

– O governo criou o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], mas é só propaganda. Já há até uma mãe do PAC aí, que está parindo obra para ganhar voto – disse o senador, referindo-se à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apelidada pelo próprio Lula de “mãe do PAC”.

## Paim e Unger discutem relações trabalhistas

Com o objetivo de planejar atividades no âmbito do Legislativo para tratar de um novo modelo de relações entre o capital e o trabalho no país, Paulo Paim (PT-RS) reuniu-se ontem com o ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

O encontro é o primeiro de uma série que Unger pretende realizar no Congresso. O ministro tem mantido conversações com todos os setores do governo visando apresentar um novo modelo de desenvolvimento. Na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paim irá requerer a criação de uma comissão mista especial para tratar das novas relações de trabalho no país.

## Expedito adverte para o esvaziamento do quadro do Exército



Expedito Júnior

O esvaziamento do quadro de oficiais do Exército, em função da baixa remuneração hoje percebida por esse contingente das Forças Armadas, foi lamentado por Expedito Júnior (PR-RO). O senador citou pesquisa feita entre alunos de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao). Dos 40 ouvidos, 31 capitães avisaram que desejam sair e fazer concursos para outras carreiras de Estado, disse.

Na ocasião, requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP) solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao Exército Brasileiro foi aprovado.

## Mesquita Júnior apóia denúncia da Advocacia Pública

O Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal denunciou o governo brasileiro à Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo não-cumprimento de acordos salariais com as carreiras da Advocacia Geral da União, Procuradoria da República, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria do Banco Central e Defensoria Pública da União. Essas categorias, disse Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), estão em greve desde janeiro.

O senador protestou contra a “atitude de desrespeito” do governo para com os advogados públicos, “que estão recebendo 30% a menos que os delegados da Polícia Federal”.

## Mozarildo cobra transferência de terras para Roraima



Mozarildo Cavalcanti

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu artigo que fez publicar nos jornais de seu estado intitulado “A farsa do presidente Lula com as terras de Roraima”, no qual cobra do governo federal a transferência, para o governo do estado, de terras cadastradas – irregularmente, segundo o senador – para o Incra.

Mozarildo também informou que lançará brevemente livro de sua autoria intitulado *O Senado e a Maçonaria*. Ele agradeceu ao 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), o empenho para a publicação da obra.

## General Jorge Félix só poderá ser ouvido em abril

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Félix, somente poderá comparecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos a partir de 7 de abril. Por ofício, Félix informou à presidente da CPI mista, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que ele se encontra fora do país, de férias. E que estará à disposição da comissão apenas em abril.

A oposição pretende ter acesso a dados sigilosos de gastos com cartões corporativos feitos por funcionários da Presidência da República.

A base do governo aprovou a convocação de Jorge Félix por defender que requerimento de quebra desse sigilo só deve ser votado depois de os parlamentares ouvirem o ministro sobre a necessidade, ou não, de esses dados serem trazidos a público.

## DEM pedirá relatório do TCU sobre auditorias

O Democratas (DEM) pedirá ao Tribunal de Contas da União (TCU) relatório de auditorias sobre gastos de funcionários da Presidência da República com cartões corporativos. A decisão foi anunciada ontem pelo líder do partido, senador José Agripino (RN), após reunião da bancada, que discutiu os próximos passos da oposição na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos.

De acordo com o líder, o partido apresentará o requerimento com o pedido de informações ao TCU na reunião administrativa de hoje do colegiado.

– Nosso objetivo é garantir a isenção e a despoliticização das investigações. E a melhor forma de garantir isso é trabalhar com os dados do Tribunal de Contas da União. Essa será nossa peça de resistência – afirmou o senador José Agripino.

## PSDB decide continuar na CPI que investiga os cartões corporativos

Após reunião com representantes da bancada do PSDB, a presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, senadora Marisa Serrano (MS), anunciou ontem que seu partido decidiu permanecer no colegiado e lutar para que as investigações sejam levadas até o fim. Parlamentares oposicionistas têm ameaçado deixar a comissão por não concordarem com atitudes da bancada governista.

– A CPI precisa investigar. Se alguém não quer que investigue, vamos deixar claro quem está contra as investigações – disse Marisa Serrano.

A senadora afirmou ainda que, após a publicação pela revista *Veja*, no fim de semana, de matéria sobre dossiê contendo dados sigilosos de compras com recursos das chamadas contas tipo B por parte de familiares do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB passou a defender com mais força a abertura de dados de “todo mundo”.

– É dinheiro do povo brasileiro – assinalou Marisa Serrano.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), confirmou que os parlamentares do partido seguirão a orientação de Marisa Serrano e ficarão na CPI mista “até que sejam esgotadas todas as tentativas para apurar os dados sigilosos” ou até ficar claro quem não quer apurar.

Sobre o dossiê noticiado pela *Veja*, Arthur Virgílio frisou que o lado negativo do fato é que “se trata de um ato de banditismo”, de “manipulação de dados para intimidar a oposição”. Mas, ressaltou,



Para Marisa Serrano, é preciso deixar claro quem está contra a investigação

há um lado positivo: a divulgação das informações deixou claro que os dados sobre gastos com cartões corporativos “nada têm a ver com segurança nacional”. Na avaliação do líder tucano, as informações do documento são verdadeiras.

### Abertura de dados

Arthur Virgílio defendeu a abertura de dados sobre gastos com cartões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; dos respectivos vice-presidentes; das respectivas esposas; e de familiares dos dois presidentes.

O senador defendeu também a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que prestaria esclarecimentos sobre o vazamento de informações que constam do dossiê. Virgílio pedirá ainda que a divulgação do relatório seja investigada igualmente pela Procuradoria Geral da República.

## Legislativo deve se unir para recuperar dignidade, diz Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a união do Congresso Nacional em torno de um programa mínimo de recuperação da dignidade do Legislativo. Em sua avaliação, o Congresso vive uma das horas mais tristes da sua história e deveria ter a coragem de cumprir a lei no trâmite das medidas provisórias (MPs), rejeitando aquelas que não atendam aos pressupostos constitucionais.

– Para onde nós vamos e o que queremos? O Judiciário vota em nosso lugar e o presidente faz o que quer. O Congresso não existe. Quem vai nos substituir, quem vai ocupar esse espaço vazio? Pelo que o governo fala, dá a entender que a democracia é um atraso, é uma trapalhada, como o Lula disse outro dia – afirmou.

Simon observou ser estranho que os escândalos de corrupção sejam obra do Executivo, mas a repercussão negativa recaia sobre o Legislativo. Para ele, isso acontece porque o Congresso perdeu o seu rumo e a sua história. Ele lembrou que o Parlamento resistiu a cinco generais

ditadores que prenderam, torturaram e mataram, sem apelar para a luta armada, e era um padrão de dignidade. O senador assinalou que muitas vezes o Congresso reuniu oposição e governo para fazer entendimentos dramáticos que colocaram o país em primeiro lugar.

Simon também apoiou a iniciativa do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), de requerer a abertura das contas e dos gastos dos casais presidenciais Fernando Henrique e Ruth Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e Marisa Letícia. Ele salientou que Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) eram símbolos de honradez e dignidade, mas agora estão fabricando um dossiê para abafar



Para Pedro Simon, o Congresso Nacional está matando as CPIs de inanição

passar o dia e terminar a comissão. O Congresso está matando as comissões parlamentares de inquérito pela inanição – afirmou.

No dia em que prosperou o clima de entendimento entre governo e oposição, Exame de vetos foi marcada para amanhã e solução para acabar com trancamento

## Acordo permite à relatores de medidas

Reunidos com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, os líderes partidários decidiram mudar o procedimento em relação à distribuição de relatorias das medidas provisórias. De acordo com o presidente do Senado, a partir de agora, essas matérias, que, de acordo com a oposição, sempre ficam a cargo de parlamentares do governo, serão distribuídas obedecendo a proporcionalidade partidária.

A distribuição proporcional era reivindicada por líderes da oposição, especialmente desde a votação da medida provisória que criou a TV pública, há duas semanas. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo e relator de uma MP que antecedia essa matéria na pauta, considerou-a inconstitucional para agilizar a votação da TV pública. Parlamentares do PSDB e do DEM acusaram a manobra do governo de desrespeito ao Legislativo.

### Vetos

Garibaldi também anunciou, após a reunião, que a sessão do Congresso para apreciar vetos presidenciais a projetos será realizada amanhã, às 9h. Há acordo para a apreciação de 74 dispositivos vetados



Reunião de líderes chegou a acordos sobre distribuição de relatoria de

em 19 projetos, todos objeto de consenso. Entre eles, há o veto integral ao projeto de lei do Senado (PLS 307/95) que transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro de jornalista.

O presidente do Senado disse que estuda uma mudança de procedimentos para evitar a repetição do acúmulo de vetos.

Genaldino Alagô

a corrupção e argumentam que, se outros fizeram, eles podem fazer também.

– Estamos aí fazendo um espetáculo de circo com as CPIs dos Cartões Corporativos e das ONGs. Algumas das coisas mais bonitas da vida política brasileira foram as CPIs. Era como se um juiz estivesse ali sentado e decidisse com dignidade. Hoje, meu Deus!, nas duas comissões, o que a imprensa diz é que há um arreglo. Não se apura o governo passado, não se apura o atual governo e se empurra com a barriga para

Alvaro Di

O senador ontem em l Planalto, d ex-presidente rique Cardo mos cinco. notícia sob divulgada

Elabora dados cons pelo próp texto deta revista, de sidente FH Ruth Cardo próximos 2000 e 2000 chamadas

Em seu Alvaro Di bém o mi Tarso Gen

ão, senadores sugerem nova fórmula para relatoria de medidas provisórias. O conteúdo de pauta pelas MPs também pode ser encontrada em breve, diz Garibaldi

# oposição indicar medidas provisórias



medidas provisórias e votação de vetos

– Quando votarmos os vetos passados, vamos atualizar e votar os vetos presentes, quer dizer: o governo comunica que vetou uma matéria, e eu imediatamente leio para que dentro de 30 dias aquele veto possa ser votado. Se não, não se acaba nunca de votar vetos – disse.

## Tramitação de MPs

Garibaldi Alves se referiu ainda a encontro que ocorreria na noite de ontem na

residência do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, com a participação dos líderes das duas Casas legislativas, para buscar um consenso quanto à mudança no rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso. O assunto é tema de comissão especial criada na Câmara.

O senador afirmou que a crise gerada pelo excesso de MPs trouxe como resultado positivo a mobilização de deputados e senadores pela solução do problema.

– Acho positivo que se esteja discutindo uma forma de limitar o seu poder [das MPs], o seu alcance, o problema do travamento da pauta. Então, uma crise nem sempre é negativa, porque da crise surge a luz. Estou mais nessa luz – observou.

## CPI dos Cartões

Na mesma entrevista, concedida após a reunião de líderes, Garibaldi Alves comemorou a decisão do PSDB de não abandonar a CPI dos Cartões Corporativos.

– Foi muito positiva a decisão. O abandono seria muito ruim para a instituição, para o Senado e para a Câmara – avaliou.

# Alvaro Dias critica suposto dossiê do Planalto contra Fernando Henrique

or Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o Plenário a elaboração, pelo Palácio do Planalto, de um suposto dossiê sobre os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seus últimos anos de governo. A existência do documento foi divulgada pela revista *Veja*.

Dias, com base em documentos considerados sigilosos pelo Poder Executivo, o Ministério Público, segundo a imprensa, e de assessores nos últimos anos de 1998, afirmou que o documento contém recursos das contas tipo B.

– O pronunciamento, que condenou também o ministro da Justiça, Roberto Gil, por haver, em

sua opinião, “tentado desmentir a existência do dossiê”, referindo-se ao documento apenas como um relatório sobre suprimento de fundos solicitado ao Planalto pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

– É indecente, sim, o dossiê e ele existe – disse.

Em apertados, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestaram apoio ao pronunciamento de Alvaro Dias. Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para o fato de a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, haver telefonado para a ex-primeira-dama Ruth Cardoso garantindo a inexistência de qualquer dossiê.



Alvaro condena o ministro da Justiça, que desmentiu a existência do documento

# Virgílio quer fim da “lei do garrote”; Jucá vê “clima de entendimento”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que o seu partido está aberto ao entendimento com a base governista, mas assinalou que qualquer proposta de acordo deve ter como primeiro item o fim da “lei do garrote”, que é o cerceamento da palavra de qualquer senador que queira discutir matérias em votação. Ele se referia ao que ocorreu durante a votação da medida provisória que criou a TV pública, quando o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou requerimento para encerrar a discussão.

Virgílio destacou que o governo depende da oposição para aprovar determinadas matérias, observando que, se o Executivo insistir no “garrote”, deixará de contar com esse apoio.

– Vai haver uma quinta-feira qualquer em que o governo vai nos implorar para ajudar a aprovar não sei o quê. Se estivermos feridos, não aprovaremos aquilo que vão nos pedir – advertiu o senador.

Os outros pontos para se chegar a um acordo, assinalou Virgílio, são o estabelecimento da proporcionalidade na indicação de relatores nas comissões e para as medidas provisórias e a análise dos vetos presidenciais que se encontram parados no Congresso.

Romero Jucá disse que o clima de entendimento está sendo retomado,



Aberto ao diálogo com governistas, Virgílio não quer mais ver cerceamento à palavra

mas não aceita a acusação de cercear a palavra de senadores. Ele assinalou que no dia da votação da MP que criou a TV pública Virgílio falou 47 vezes somente durante o item 1 da pauta. Ele defendeu alterações no Regimento Interno e alegou que utilizou instrumentos regimentais.

– Como é válido a oposição obstruir da forma que quer e não é válido a maioria utilizar o regimento para tentar barrar a obstrução? Ou nós vamos ter obstrução permanente? É preciso ter a regra – frisou.

Jucá avisou que na hora em que houver confronto o governo vai usar o regimento. Ele disse ser favorável ao rodízio de relatorias, mas respeitadas a maioria e a minoria.

# Líder do PSDB vai requerer à CPI dos Cartões dados de FHC e de Lula

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, leu ontem carta do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo ao partido que o senador requeira à CPI dos Cartões Corporativos as informações dos gastos com os referidos cartões e contas tipo B, de suprimentos de fundos, dos seus dois mandatos e também do governo do presidente Lula.

“É a única maneira de ambos os governos se livrarem de suspeitas que, no meu caso, são infundadas e espero que também o sejam no caso do atual governo”, destacou o ex-presidente na carta.

Para Fernando Henrique, não há amparo legal para manter tais dados em sigilo e que basta requisitá-los à Casa Civil. Ele também disse achar “estranho” que a investigação da CPI se inicie revisando contas de sua gestão, já aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, quando os fatos determinantes referem-se a saques ocorridos no atual governo.

O ex-presidente da República pede ainda investigação a respeito do vazamento de informações

– “parciais e distorcidas” – das contas de sua gestão, como publicou a revista *Veja*, que teriam sido utilizadas para “confundir a opinião pública”.

A carta é uma resposta a Arthur Virgílio, que pediu anteriormente autorização do ex-presidente para requerer, na CPI, a obtenção dos dados sobre as despesas do gabinete durante sua gestão.

– Fica irrecusável, agora, que o presidente Lula não divulgue os dados – observou.

Apoiado por senadores do PSDB, Virgílio também cobrou a aprovação de requerimentos na CPI que liberam, por exemplo, informações sobre os gastos dele próprio quando exercia o cargo de ministro da Secretaria Geral da Presidência, e que não foram analisados até agora. O senador, diante da notícia em que o ministro da Justiça, Tarso Genro, nega a divulgação de dossiê publicado pela *Veja*, mas confirma o levantamento dos dados, pediu acesso ao documento, dizendo não ser justo que só o ministro o conheça.

# Ideli: ação ajuda popularidade do governo Lula

O país tornou-se menos desigual, mas chamar essa evolução de assistencialismo não ajuda a entender a realidade. A afirmação é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que citou artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* intitulado “Para compreender a força de Lula”, do economista Ladislau Dowbor, elaborado a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

De acordo com o estudo, no governo de Lula foram criados 8,7 milhões de postos de trabalho, especialmente para mulheres. A elevação do rendimento dos trabalhadores foi de 7,2% entre 2005 e 2006, ano em que o salário mínimo teve ganho real de 13,6%.

– As políticas públicas são o sustentáculo para o resultado do governo e de sua própria popularidade. Tirar as pessoas da pobreza não é caridade, é bom senso social e econômico – disse.

# Paim destaca tributo a líder da Revolta da Chibata

Paulo Paim (PT-RS) apresentou voto de aplauso à Fundação Assis Chateaubriand por ter escolhido o herói da Revolta da Chibata, João Cândido Felizberto, como tema de seu concurso de redação. João Cândido, “gaúcho e filho de escravos”, foi o líder do movimento, ocorrido em 1910, quando 2 mil marinheiros se rebelaram contra a punição por castigos físicos, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro.

O senador espera para breve a votação de projeto da senadora licenciada Marina Silva que anistia João Cândido. De acordo com Paim, a Marina já concordou em conceder anistia *post mortem* a João Cândido, homenageado na canção *O mestre-sala dos mares*, de Aldir Blanc e João Bosco.

Paim elogiou o BNDES por incorporar em seus contratos cláusulas proibindo que os beneficiados tenham ligação com o trabalho infantil ou escravo.

Proposta elaborada por parlamentares e representantes do setor prevê a concessão de bônus, alongamento dos prazos, redução dos juros e mudança nos indexadores dos contratos

## Parlamentares insistem na renegociação da dívida rural

Parlamentares e representantes de produtores rurais voltaram a defender ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, a renegociação das dívidas do setor agropecuário. A expectativa é de que o governo federal apresente uma proposta para solucionar o problema. Ficou acertado que a proposta formulada durante o debate (*ver matéria nesta página*) será encaminhada ao Ministério da Fazenda.

O governo federal deveria ter apresentado, no final de 2007, documento sobre o endividamento rural. Entretanto, devido à votação do fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a apresentação foi adiada para este ano.

Ao defender a renegociação, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) ressaltou o peso do agronegócio na economia brasileira e afirmou que “a prosperidade desse segmento representa a prosperidade do país”.

Vários parlamentares fizeram críticas ao tratamento dado à questão pelo governo. O deputado federal Homero Pereira (PR-MT)



Audiência na Câmara reuniu senadores, deputados e representantes da agropecuária

declarou que “nem o governo passado nem o governo Lula deram um tratamento de choque à questão do endividamento”.

De acordo com o governo federal, a dívida do setor seria de R\$ 87 bilhões. Esse valor não incluiria os débitos referentes ao custeio da atual safra nem os empréstimos destinados a investimentos tomados a partir de 2006. O levantamento mostra que a dívida estaria dividida da seguinte forma: R\$ 74 bilhões provenientes de débitos da agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões relativos ao Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, assinalou a baixa participação dos pequenos agricultores no total da dívida. Segundo ele, esse percentual seria de 10%, pelo fato de a maioria dos pequenos produtores ou dos assentados utilizar o crédito e pagá-lo.

– Entendemos perfeitamente o pleito dos outros agricultores, mas pedimos que não tratem os desiguais igualmente – disse.

## Goellner cita Brossard para defender acordo

Ao defender a renegociação das dívidas rurais na audiência realizada na Câmara dos Deputados, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) citou frase atribuída ao então vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Paulo Brossard, em 1993: “Ou se mudam as condições dos financiamentos, de maneira que possam ser pagos, ou chegar-se-á a uma situação de insolvência coletiva ou de abandono da agricultura”. Brossard ainda teria afirmado, de acordo com Goellner, que “a situação, que já é extremamente grave, agravar-se-á sem proveito para ninguém e com prejuízo para todos”.

O senador também criticou o Executivo federal, que se comprometeu a elaborar uma proposta de renegociação das dívidas rurais.

– O governo ainda não apresentou uma solução à altura – disse.

A expectativa de parlamentares e representantes de produtores rurais era de que a proposta do governo, que deveria ter sido apresentada no ano passado, fosse entregue ainda ontem.

Também presente à audiência, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, considerou que o debate sobre a agricultura, “que antes era restrito, foi ampliado”. Conforme observou, atualmente o endividamento rural não afeta apenas os grandes produtores, mas também aqueles que se dedicam à agricultura familiar.



Para Gilberto Goellner, “o governo ainda não apresentou uma solução à altura”

mento rural não afeta apenas os grandes produtores, mas também aqueles que se dedicam à agricultura familiar.

## Senadores questionam dados do IBGE sobre redução populacional

Críticas ao resultado da contagem populacional concluída no ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram apresentadas por senadores ao presidente do órgão, Eduardo Pereira Nunes, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O registro de diminuição da população provocou, em 2008, perda de receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O número de habitantes é um dos parâmetros de partilha dos recursos do fundo. Quem faz os cálculos é o Tribunal de Contas da União (TCU), com base em informações populacionais do IBGE e de arrecadação.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que o IBGE identificou queda populacional em localidades onde outros indicadores apontaram tendência

contrária. O assunto foi abordado pelos senadores César Borges (PR-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Segundo Eduardo Nunes, movimentos migratórios reduziram a população de 444 cidades. Em 1.700, houve aumento, disse.

O presidente do IBGE foi também questionado, pelo presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Renato Casagrande (PSB-ES), sobre os cálculos que definem a partilha dos royalties sobre exploração de petróleo e gás natural. Eduardo Pereira Nunes garantiu que não existe “a menor chance de erro” nos dados do IBGE. No seu entendimento, precisam, sim, ser revistos os critérios de partilha, para incluir todos os estados brasileiros na divisão das receitas.



Ao lado de Mercadante, o presidente do IBGE, Eduardo Nunes (D), é ouvido pela CAE

## Concentração de renda cai, mas de forma lenta, diz Eduardo Nunes

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, afirmou ontem na CAE que o padrão de concentração de renda no Brasil ainda equivale ao das nações mais pobres. Embora detenha a décima maior economia mundial, o país amarga a 62ª posição quando se trata de distribuição de renda.

– Estamos ao lado do Japão, da Espanha e da Coreia do Sul quando se trata de indicadores econômicos, mas nos assemelhamos a Malawi, Zimbábue e Zâmbia em termos de indicadores sociais – comentou.

Eduardo Nunes ressaltou que o índice de concentração de renda no Brasil vem caindo, mas de

forma lenta. Conforme assinou, os 10% da população mais rica, formada por 18 milhões de pessoas, detêm riqueza 18 vezes maior do que os 40% mais pobres, faixa que comporta 70 milhões de brasileiros.

O presidente do IBGE lembrou que a economia brasileira cresceu 5,4% em 2007 contra 3,8% registrados em 2006. E destacou a progressiva queda na taxa de fecundidade no país, a qual chegou à média de 1,9 filho por família em 2006 contra 6,2 na década de 1940. Fizeram questionamentos os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), João Tenório (PSDB-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

.....  
**Proposta reduz os débitos em até 90%**

Durante o debate sobre endividamento rural, as comissões de Agricultura do Senado e da Câmara, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) defenderam a concessão de bônus para produtores inversamente pro-

porcionais ao valor das dívidas, para reduzir em até 90% os débitos.

A proposta faz parte do documento “Proposições para renegociação das dívidas do setor agropecuário”, elaborado pelas quatro entidades. No texto, entregue ao Executivo, também é sugerido o alongamento dos

prazos para pagamento de parcelas, redução de taxas de juros e mudanças nos indexadores dos contratos.

Os bônus contemplariam dívidas mais antigas, como as da Securitização I e II, Pesa, Funcafé, Recoop, Programa de Revitalização da Lavoura Cacaueira e Prodecer II e III.

Para um passivo de mais de R\$ 200 mil, por exemplo, o rebate seria de 10%. Uma dívida inferior a R\$ 50 mil teria um bônus de 60%.

Com relação a dívidas originadas dos custeios das safras 2001/2002 a 2005/2006, seriam dados sete anos para quitação das parcelas.

## Senado aprova Gilmar para o CNJ

O Senado aprovou ontem, por 60 votos a zero – a unanimidade em Plenário –, o nome do ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para ocupar o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no lugar da ministra Ellen Gracie Northfleet. Para conselheiro do CNJ foi aprovado, por unanimidade, o advogado Marcelo Rossi Nobre. Em outra votação, o Plenário acolheu o nome de Sérgio Luís Canaes para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Arábia Saudita, cumulativamente com os cargos de embaixador junto à República do Iêmen e ao Sultanato de Omã.

## Projeto para Código de Processo Penal

Foi acolhido ontem pelo Plenário requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) propondo a constituição de comissão de juristas para elaborar um projeto de Código de Processo Penal. A comissão terá sete integrantes e trabalhará por 180 dias, levando em consideração sugestões de pessoas jurídicas e físicas do país.

Na justificativa do requerimento, Casagrande lembra que o processo penal brasileiro é regulado pelo Decreto-Lei 3.931, de 1941. “Nos seus 66 anos de vigência, e apesar das alterações de que tem sido alvo, revela-se hoje inadequado às exigências de celeridade e eficácia”, observou o parlamentar.

## Azeredo aplaude o Atlético Mineiro

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou requerimento de voto de aplauso ao Clube Atlético Mineiro pelo seu centenário, comemorado ontem. Azeredo ressaltou que torce para outro clube de Belo Horizonte, o América Futebol Clube, mas que apresentava o requerimento diante da importância do Atlético para o futebol brasileiro.

Presidente do Senado diz na CNI que Congresso vai sanar a própria amputação representada pelas medidas provisórias

# Garibaldi pede união por reforma tributária

Durante solenidade na Confederação Nacional da Indústria (CNI), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu ontem, ao lado do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a Agenda Legislativa da Indústria para 2008. Trata-se de documento que lista 13 proposições legislativas e a proposta de emenda à Constituição referente à reforma tributária, que serão o foco da atuação da CNI nos próximos meses.

Em seu discurso, Garibaldi Alves se disse desafiado pelo principal item dessa agenda – a reforma tributária – que, na avaliação da indústria, será capaz de promover a desoneração de investimentos e exportações. O presidente do Senado pediu o consenso e a mobilização da classe empresarial para a votação dessa reforma.

Garibaldi observou que não estava ali apenas para receber a agenda da indústria, mas também para oferecer o compromisso de recuperar a autonomia do Legis-



Garibaldi discursa na CNI, observado por Armando Monteiro Neto e Chinaglia (D)

lativo. Ele resumiu esse propósito como uma união sintonizada de esforços para atender às necessidades da nação brasileira.

– Não poderíamos chegar aqui representando um Congresso que deixou de cumprir seus mais elementares deveres, um Congresso que se deixou abater por 895 dispositivos vetados e não apreciados. Não podemos dizer que vamos votar a Agenda Legislativa da CNI se não temos condições de votar com o instituto das medidas

provisórias, que trancam a pauta e não permitem que possamos discutir uma matéria.

Crítico do poder das MPs de “amputar o Legislativo” e defensor de uma mudança no trâmite dessas matérias, o presidente do Senado destacou que “o Congresso vai, de qualquer maneira, legitimamente, sanar a própria amputação do Legislativo representada pelas medidas provisórias”.

Também num discurso foca-

Jane Araújo

do na recuperação dos poderes do Legislativo, Arlindo Chinaglia afirmou que muitas vezes o Congresso age movido pelas demandas, sem conseguir definir uma pauta própria de prioridades para a nação.

### A agenda da CNI

As proposições listadas na Agenda Legislativa da Indústria para 2008 são vistas pelo setor produtivo como capazes de melhorar as condições para o crescimento sustentado do país.

De acordo com a CNI, a infraestrutura do desenvolvimento do país avançará em 2008 se puxada pela reforma tributária e por 13 projetos referentes aos seguintes assuntos: compensação ambiental, competência ambiental, resíduos sólidos, agências reguladoras, gás natural, defesa da concorrência, terceirização, demissão arbitrária, Código de Defesa do Contribuinte, Regime Tributário de Lucro Presumido, Cadastro Positivo, Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Lei de Licitação.

## Ministro quer evitar privatização do sistema portuário

Na solenidade de abertura do Seminário Legislativo de Portos, Integração Multimodal e Comércio Exterior, em homenagem aos 200 anos da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, defendeu ontem a gestão sustentável dos portos brasileiros como uma medida para não privatizá-los. O ministro informou que o governo federal vem adotando medidas com a finalidade de tornar os portos auto-suficientes. O seminário acontece durante todo o dia de hoje, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, salientou que o Brasil depende do sistema portuário para se desenvolver, devido ao seu território com dimensões continentais. Na opinião de Arlindo Chinaglia, o país cometeu um “erro estratégico” ao priorizar o sistema de transporte rodoviário nas últimas décadas.

## Mercado crescente

Brasil deverá, em 2017, responder por 60% do mercado internacional de *commodities* (produtos primários), com destaque para:



fonte: Luiz Antonio Fayet, consultor da CNA

## Expositores descartam risco iminente de apagão portuário

A principal conclusão do Seminário Legislativo de Portos, Integração Multimodal e Comércio Exterior foi que há um enorme espaço para o Brasil crescer e se destacar no mercado exportador mundial e que o país não está próximo de sofrer um apagão na infraestrutura portuária.

Segundo o consultor de logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet, o Brasil deverá ser detentor, em 2017, de 60% do mercado internacional de *commodities* (produtos comercializados internacionalmente em grande escala), como açúcar,

café, suco de laranja, soja e carne bovina. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a importância da vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, quando foram abertos os portos.

José di Bella, presidente da Autoridade Portuária do Porto de Santos (Codesp), revelou que 50% do PIB são movimentados na área de influência do porto de Santos. O diretor do Dnit, Luiz Antonio Pagot, afirmou que o país não pode deixar de explorar sua capacidade hidrelétrica sem complementá-la com a construção de eclusas que viabilizem o transporte hidroviário.

## Homenagem aos presidentes do Senado e da Câmara

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, receberam as insígnias superiores da Ordem Internacional do Mérito do Descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, conferida pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística.

A homenagem foi feita durante o Seminário Legislativo de Portos, Integração Multimodal e Comércio Exterior. O objetivo do evento é inaugurar uma série de debates nas administrações portuárias e hidroviárias, assim como nas empresas públicas e autarquias ligadas ao comércio exterior, transportes e agricultura.

Garibaldi se disse preocupado com o enorme desafio representado pela questão portuária. Lembrando ter sido relator de uma subcomissão do Senado que tratava dos marcos regulatórios, Garibaldi ressaltou que o mais impressionante são os navios parados nos portos, prejudicando um significativo setor da atividade econômica.

Apontado por Cristovam como exemplo de “salto na educação”, sistema espanhol foi tema de debate na CE



Para Mariano Engüita (à dir., ao lado de Cristovam Buarque), discurso de professores é sindical

## Especialista espanhol critica corporativismo de professores

Especialista na reforma educacional da Espanha, o professor Mariano Engüita, da Universidade de Salamanca, recomendou ao Brasil que não permita que os professores exijam melhores salários sem se comprometer com a melhoria da qualidade do ensino. Mesmo após a redemocratização do país, disse, os professores espanhóis mantiveram a postura corporativista que adotaram na ditadura, quando existia um “péssimo sistema educativo”. Engüita condenou a falta de uma “cultura de compromisso e êxito” entre os professores de seu país.

– Eles assumiram a linguagem dos sindicatos e achavam sempre que podiam pedir mais dando menos. Atualmente, os professores da Espanha estão entre os mais bem pagos da Europa, mas transmitem uma imagem catastrófica da educação no país – disse o especialista

## Garibaldi garante que CPI do apagão educacional vai ser criada

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou na abertura da reunião da CE que discutiu a reforma educacional na Espanha e no Brasil que, permanentemente desafiado pelo senador Cristovam Buarque, entende que é hora de instalar uma comissão parlamentar de inquérito para avaliar o sistema de ensino nacional.

– Cristovam me disse que está na hora de instalar nesta Casa uma CPI positiva, que não fale só dos nossos males e mazelas,

durante o painel “Políticas Educacionais na Espanha e no Brasil”, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), presidida por Cristovam Buarque (PDT-DF), que teve a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Valter Pereira (PMDB-MS) provocou risos ao perguntar se Engüita falava da Espanha ou do Brasil.

O representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, observou que o maior desafio dos sistemas de ensino é garantir educação de qualidade “para todos e para cada um”. Já o professor da Universidade de Brasília Antonio Ibañez elogiou a adoção pela Espanha dos centros de formação continuada dos professores e lamentou a grande carência, no Brasil, de professores de nível médio de Ciências e de Matemática.

mas que fale dos nossos acertos e investigue as falhas no sistema educacional. É a CPI que vai investigar o apagão intelectual que tomou conta do país – ressaltou.

Garibaldi garantiu que, mesmo com dez comissões de inquérito em funcionamento, vai cumprir o compromisso com Cristovam.

– Nessa CPI a educação pode ser passada em revista. Teremos a oportunidade de aprofundar o debate, porque muitas vezes só uma CPI permite isso – declarou.

## Senado comemora 200 anos do ensino da medicina no país

O Senado prestou ontem homenagem à Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb) pelo seu bicentenário. O pedido da homenagem à faculdade, localizada no Terreiro de Jesus, no Pelourinho, em Salvador, foi apresentado por César Borges (PR-BA), Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA) e Tião Viana (PT-AC).

César Borges afirmou que a Fameb é um marco na história do ensino no país. Ele defendeu a restauração imediata do patrimônio histórico, cultural e científico da instituição, com a participação da União, do estado da Bahia, do município de Salvador e do setor privado.

– Essa é uma dívida e também um anseio das sociedades baiana e brasileira, que precisam ser resgatados – disse.

A criação da Escola Cirúrgica da Bahia, que deu origem à Faculdade de Medicina, foi assinada por dom João VI em 18 de fevereiro de 1808, na passagem da corte portuguesa pela Bahia. Em 1813, a escola se transformou na Academia Médico-Cirúrgica e, em 1832, ganhou o nome atual. Hoje, a Fameb integra a Universidade Federal da Bahia. Antes de 1808, lembrou César Borges, a medicina no Brasil era realizada pelos chamados “práticos”, em geral barbeiros, sem respaldo técnico-científico.

– Foi na Fameb que se iniciaram as pesquisas tropicalistas, psiquiátricas e antropológicas. Com isso, criou-se uma cultura médica nacional voltada para as necessidades do país – assinalou.

### Independência

Antonio Carlos Magalhães Júnior ressaltou que o advento da Fameb representou o início da independência cultural e científica do país. Disse ainda que o bicentenário da instituição é uma festa que não se restringe à Bahia, já que marca o início da educação superior no Brasil.

Para Tião Viana, a Fameb expressa “um sentimento de luta de um país pela qualidade de vida e a formação de uma consciência na construção de um modelo de saúde pública que venha a refletir o tamanho do Brasil”.

O diretor e o vice-diretor da Fameb, José Tavares Neto e Modesto Jacobino, representaram a instituição na homenagem.

## Na CPI das ONGs, depoente diz que não liberou verba para casa de reitor

O presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Henriques, negou que tenha sido o responsável pela liberação de recursos públicos da instituição para mobiliar luxuosamente o apartamento funcional ocupado pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais, a CPI das ONGs, ele disse que a liberação de recursos cabe ao diretor-presidente e ao diretor-financeiro da fundação.

– Entendo que os recursos poderiam ter sido mais bem aplicados, mas não tenho atribuição executiva. A questão do apartamento nunca foi ao Conselho Superior – alegou.

Em resposta ao relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), Henriques admitiu que desenvolve projetos para órgãos públicos, mas negou que os tenha terceirizado para beneficiar empresas privadas ou gestores públicos.

Inácio Arruda lembrou que a

principal denúncia que pesa contra a Finatec, que está sendo investigada pelo Ministério Público, é a de ter se desviado de suas funções para se tornar uma intermediadora de interesses de empresas privadas para driblar a necessidade de licitação.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do pedido de convocação de Henriques à CPI, registrou que não há aprovação das contas da fundação desde 1999.

Heráclito Fortes (DEM-PI) propôs uma acareação entre o depoente e o promotor de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho, que afirmou na CPI que não via sentido na existência dessas fundações de apoio, nas quais são constatados problemas. O presidente da CPI, Raimundo Colombo (DEM-SC), disse que vai estudar como realizar a acareação.

O outro depoente do dia, o diretor-executivo da Editora Universidade de Brasília, Alexandre Lima, comunicou que não compareceria à reunião, alegando problemas de saúde. “Isso está se tornando uma coincidência”, comentou Alvaro.



Antônio Manoel Henriques (E) nega que Finatec terceirize serviços para beneficiar empresas

## Presidente do conselho da Finatec não autoriza quebra de seu sigilo

Ao final de seu depoimento à CPI, Antônio Manoel Henriques se recusou a assinar autorização para a quebra de seu sigilo bancário e telefônico. O pedido foi feito pelo senador Alvaro Dias.

Os membros da comissão fizeram várias perguntas sobre contratos assinados entre a Finatec e órgãos públicos, mas que, em muitos casos, foram realizados por empresas privadas contratadas por terceirização. Afastado de suas funções na fundação, por conta de intervenção judicial, Henriques não soube responder a várias perguntas. Afirmou, no entanto, que entre 2001 e 2005 a Finatec executou 2.400 projetos com órgãos públicos e privados.

Diante da falta de respostas, o presidente da CPI, Raimundo Colombo, bem como o relator, Inácio Arruda, anunciaram que

vão providenciar requerimentos específicos para obter informações a respeito de contratos assinados pela instituição.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) chegou a afirmar que o depoimento do representante da Finatec, por falta de informações, “não estava exaurido”.

– Vamos aprofundar isso para não permitir que as respostas fiquem no ar – enfatizou.

Heráclito Fortes criticou a relação entre a Finatec e órgãos públicos para permitir a contratação de empresas privadas sem a necessidade de licitação pública.

José Agripino (DEM-RN) lembrou que a fundação foi criada para captar recursos para o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas. “Parece que a Finatec era o elemento quebrador de concorrências públicas”, disse.